

Brasília-DF, 10 de agosto de 2012

Ministério do Trabalho vai atualizar regras para criação de sindicatos

O ministro do Trabalho, Brizola Neto, afirmou aos líderes sindicais nos últimos dias que até o fim do ano o governo vai "atualizar" e "reformular" as regras para a homologação dos sindicatos no país.

Conforme as centrais sindicais, Brizola Neto tem afirmado que considera os processos adotados pelo ministério como pouco rigorosos. Os critérios — ou falta de critérios, como criticam os próprios sindicalistas — adotados pelo Ministério do Trabalho tem criado disputas e desavenças entre as centrais sindicais.

A mais recente disputa envolve a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior do país, e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a terceira maior central do país. Nos últimos dias, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construção de São Paulo (Sintramac), uma entidade ligada à CUT, ingressou com um pedido de registro sindical (nº 46219.004061) junto ao ministério.

O Sintramac já tinha tido seu pedido de assembleia para criação do sindicato negado pela Justiça paulista, em julho de 2009, mas na documentação encaminhada ao governo os dados indicam que a situação é regular. Como a legislação trabalhista brasileira prevê que uma categoria só pode ser representada por um único sindicato em cada município, e em São Paulo, esses trabalhadores são representados pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, ligado a UGT, a sinalização do Ministério do Trabalho de que aprovaria o Sintramac criou uma cisão entre as centrais.

O secretário de Relações do Trabalho, Manoel Messias, empossado por Brizola Neto há dois meses, era diretor da CUT. Na reunião com o ministro realizada ontem, os líderes da UGT criticaram a prática da central rival, de filiar um sindicato que não têm respaldo legal para existir, na esperança de que os critérios do governo dariam o sinal verde para a entidade.

Do outro lado, um líder nacional da CUT afirmou ao Valor que "esta estratégia foi criada pela UGT, que cresceu desta forma". As centrais importa ter um número elevado de sindicatos filiados porque isso amplia o volume de imposto sindical embolsado pelas entidades. O equivalente a 10% do imposto sindical, recolhido junto a todos os 44 milhões de trabalhadores formais do país, é repartido pelas centrais sindicais, e o critério de repartição dos recursos leva em conta o tamanho de cada entidade.

Fonte: Valor Econômico

Centrais tentam juntar forças para evitar perda de direitos trabalhistas

As centrais sindicais têm suas divergências, mas veem na conferência sobre trabalho decente, aberta ontem (8), a necessidade de deixá-las de lado para evitar riscos de perda de direitos. Além disso, terão de buscar apoios externos se quiserem aprovar suas propostas, já que contam com apenas 30% de representação no encontro, mesma proporção dos representantes dos empresários e do governo — outras entidades da sociedade civil têm 10%.

A conferência foi dividida em quatro eixos e 12 grupos de

trabalho, responsável pelo debate de mais de 600 propostas aprovadas nos encontros estaduais. Para que uma proposta siga para a chamada plenária de eixo (que reúne os grupos de trabalho), são necessários 30% dos votos. Dessa plenária para a final, também é preciso garantir 30%. E para aprovação na plenária final, serão precisos 50% mais um. "O grupo deles (empresários) quer tirar direitos, e nós queremos avançar", resume um dos representantes dos trabalhadores.

Desde que a conferência foi lançada, em novembro de 2010, as centrais vêm trabalhando conjuntamente no sentido de apurar arestar e ressaltar as questões de consenso, deixando as diferenças para outro momento. Ontem à tarde, antes da abertura da conferência, houve nova plenária da bancada dos trabalhadores, tentando reforçar o apelo à unidade. Algumas questões ainda deveriam ser discutidas noite adentro.

"É a primeira conferência que trata desse assunto no mundo", observou o diretor-técnico do Dieese (que subsidia as centrais), Clemente Ganz Lúcio. "Esta conferência é uma grande negociação. Neste espaço valerá muito nossa capacidade de intervenção, de argumentação e de convencimento. Vamos deliberar diretrizes para o Brasil, discutir uma agenda positiva e colocar o trabalho como centro do desenvolvimento."

Pela programação, quinta-feira (9) haverá discussão dos grupos temáticos e sexta-feira (10) será a vez das plenárias por eixo. A plenária final ocorre sábado (11). O encerramento do encontro foi antecipado das 18h para as 16h.

Fonte: Rede Brasil Atual

Fabricantes pedem ao governo prorrogação de IPI menor para materiais de construção

Representantes da indústria de material de construção pediram nesta quarta-feira (8) ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, a prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor, que vale até 31 de dezembro. Eles também reivindicaram a inclusão de mais materiais na lista de benefícios.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Walter Cover, os participantes da audiência também pediram ao governo que fabricantes de determinados produtos possam contribuir para a Previdência Social sobre o faturamento, como fazem outros 15 setores industriais.

Cover esclarecer que esse sistema valeria somente para fabricantes de produtos com mão de obra intensiva, como cerâmica e tijolos. O dirigente setorial ressaltou que essa modalidade de cobrança não é vantajosa, por exemplo, para os fabricantes de cimento, que são intensivos em tecnologia.

Os representantes da indústria de material de construção deram as declarações após cerca de duas horas de reunião com Mantega. Segundo disseram, o ministro não se comprometeu com a extensão dos benefícios. No entanto, reiterou que medidas para impulsionar o crescimento da economia como um todo serão anunciadas na próxima semana.

Fonte: Agência Brasil

Brasília-DF, 10 de agosto de 2012

Comissão discutirá lei que regulamenta carga horária de motoristas

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizará audiência para discutir a aplicação da nova lei (12.619/12) que trata do exercício da profissão de motorista para regulamentar e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional do transporte de cargas.

A reunião foi proposta pelo deputado Moreira Mendes (PSD-RO), que ainda não indicou nenhum nome de possíveis convidados. Também não há data marcada para a audiência.

A lei foi sancionada dia 30 de abril de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, entrou em vigor no último dia 1º, e está sendo alvo de manifestações por parte dos motoristas. Eles querem a revogação, o cancelamento e a revisão de normas impostas.

Manifestações

A paralisação, que durou sete dias e bloqueou trechos das principais rodovias brasileiras, foi organizada pelo Movimento União Brasil Caminhoneiro, que congrega motoristas, empresas e cooperativas de transporte.

O mercado de produto agropecuário foi diretamente afetado com a greve, causando a falta de abastecimento de gêneros alimentícios e a elevação dos preços destes produtos.

Na quarta-feira (8), o governo federal deu início às negociações, comprometendo-se a dialogar com a categoria sob a condição de que as estradas fossem desocupadas, exigência que já foi cumprida.

Fonte: Agência Câmara

Suplicy defende aumento real para aposentados que ganham acima do salário mínimo



Em discurso no Senado nesta quinta-feira (9), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a política de ganho do salário mínimo deve ser mantida ao mesmo tempo em que deve ser dado um aumento real para aqueles que

recebem um valor maior na aposentadoria. Na visão do senador, o Brasil está em débito com os aposentados, que vivem as consequências de muitas distorções econômicas.

– O governo precisa enfrentar de imediato esta questão. Somente assim poderemos garantir aos aposentados uma vida com mais qualidade – afirmou.

Segundo Suplicy, há cerca de 100 projetos sobre o assunto em tramitação no Congresso Nacional, o que mostraria que o Legislativo tem funcionado como uma caixa de ressonância da sociedade. Ele destacou o PLS 58/2003, que trata da atualização dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, e o PLS 296/2003, que acaba com o fator previdenciário.

Conforme informou o senador, ambos os projetos estão na Câmara dos Deputados desde 2008. Suplicy pediu aos deputados que os projetos sejam apreciados o mais rápido possível.

O parlamentar paulista disse que a aposentadoria é uma conquista universal, que pretende dar um mínimo de conforto àqueles que batalharam muito durante toda a vida. Para Suplicy, os aposentados e pensionistas brasileiros precisam de um olhar mais atento do país. Ele reconheceu que a valorização do salário mínimo, pago à maioria dos aposentados, incentiva o movimento da economia, mas registrou que a diferença de valorização chega a mais de 70% a favor do salário mínimo, em relação àqueles que recebem valor maior, cujos vencimentos tiveram pouco ou nenhum ganho real nos últimos anos.

– Se a valorização do salário mínimo é fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida, seria o caso de também conceder aumentos reais para aqueles que recebem mais do que esse valor – afirmou.

Fonte: Agência Senado

Sindicato realiza mutirão para explicar revisão de benefícios do INSS

Na próxima terça-feira (14), o Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados) irá realizar um mutirão, na capital paulista, para explicar a revisão de benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

O evento acontece às 10h30, no auditório do Sindicato, que fica na Rua do Carmo, 171, 2º andar, Centro.

Revisão

No dia 2 deste mês, o presidente do Sindnapi, João Inocentini, fechou um acordo com o presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild, prevendo a revisão dos benefícios de cerca de 2,8 milhões de segurados, prejudicados com os valores rebaixados a partir de 1999. A medida deve injetar aproximadamente R\$ 1,2 bilhão na economia.

O acordo vai beneficiar, primeiramente, 491 mil segurados da Previdência que obtiveram aposentadoria por invalidez ou pensões por morte nos últimos 12 anos. Esses segurados terão o valor dos benefícios corrigidos, automaticamente, em janeiro de 2013, para crédito em fevereiro, o que representará um aumento em torno de 20%.

Os outros beneficiados terão o benefício revisado entre os anos de 2014 e 2022.

Fonte: InfoMoney

Criação de emprego no setor bancário cai 80,4% no primeiro semestre de 2012

A criação de empregos nos bancos públicos e privados do país caiu 80,4% no primeiro semestre deste ano, na comparação com igual período de 2011.

De acordo com a Confederação dos Trabalhadores do Ramo

Brasília-DF, 10 de agosto de 2012

Financeiro (Contraf), foram criadas 2.350 vagas entre janeiro e junho – no primeiro semestre do ano passado houve geração líquida de 11.978 postos de trabalho.

A abertura dessas 2.350 vagas representa expansão de 0,46% no estoque do emprego bancário no país. Segundo a Contraf, a Caixa Econômica Federal abriu 3.492 empregos no período. Já nos bancos com carteira comercial, o saldo de empregos foi negativo em 1.209 postos de trabalho.

Os dados são da Pesquisa de Emprego Bancário, realizada trimestralmente pela Contraf e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base nos dados do Ministério do Trabalho.

A pesquisa ainda mostra que a remuneração média dos admitidos foi de R\$ 2.708,70 e a dos desligados, de R\$ 4.193,22.

Fonte: Valor Econômico

Proposta enquadra magistrados na Lei da Ficha Limpa

A Câmara analisa o Projeto de Lei Complementar 191/12, do deputado Carlos Brandão (PSDB-MA), que proíbe a nomeação para cargos da magistratura de pessoas enquadradas nas regras de inelegibilidade da Lei Complementar 64/90, alterada pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10).

Quem tiver sido condenado por crimes dolosos, crimes contra os patrimônios público e privado, o meio ambiente e a saúde, de lavagem ou ocultação de bens ou pela Justiça eleitoral não poderá tomar posse e atuar, por exemplo, como juiz ou desembargador. A proposta altera a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman, Lei Complementar 35/79).

"A moralidade e a probidade administrativa devem, sempre, ser pauta de preocupações tanto da sociedade quanto do Estado", afirmou Brandão. Segundo ele, os magistrados também devem seguir as restrições da legislação federal.

Tramitação

A proposta aguarda distribuição para ser analisada pelas comissões temáticas da Câmara.

Fonte: Agência Câmara

Projeto torna obrigatório o pagamento de FGTS por empregador doméstico



Está em análise na Câmara o Projeto de Lei 3347/12, da deputada Erika Kokay (PT-DF), que obriga os patrões a depositar 1% sobre o salário pago ao empregado doméstico na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com a proposta, esse valor vai ser acrescido de mais 1% a cada ano, até que a alíquota chegue, em 2019, a 8%, o mesmo valor já estabelecido para os outros trabalhadores da iniciativa privada.

A proposta permite que os patrões deduzam do Imposto de Renda o valor pago pelo FGTS de seu empregado, com um adicional de 25% na dedução. O objetivo, de acordo com Erika Kokay, é incentivar a manutenção dos vínculos empregatícios.

A deputada defende a equiparação entre trabalhadores domésticos e os demais. "Nós temos o FGTS como uma opção do empregador de estar contribuindo para o fundo ou não, para que o empregado possa ter o direito a ele. Nós temos que trabalhar na perspectiva de igualar todos os direitos. O fato de termos empregados que trabalham dentro de residências não significa que eles têm que ter menos direitos que os demais trabalhadores."

Contribuição para Previdência

O projeto de Erika Kokay também permite que a contribuição paga à Previdência Social pelo empregador sobre a remuneração do empregado doméstico possa ser deduzida do Imposto de Renda até o exercício de 2020, ano-calendário de 2019. Os efeitos dessa dedução terminariam agora em 2012.

Cálculos da Receita Federal apontam que, entre 2006 e 2010, mais de 700 mil empregados domésticos saíram da informalidade por causa da possibilidade de os patrões deduzirem a contribuição à Previdência no Imposto de Renda. De acordo com a deputada, a renúncia fiscal em 2010 foi de apenas R\$ 500 milhões.

O presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), acredita que é uma proposta possível de ser implementada porque determina o recolhimento do FGTS sobre o salário pago aos trabalhadores domésticos de forma escalonada.

Tramitação

A proposta vai ser analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada, pode seguir direto para o Senado, sem passar pelo Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara